



Ulysses e Bornhausen chegaram a bom entendimento sobre as nomeações no 2º escalão e sobre o reexame dos casos polêmicos

Nomeações de consenso saem agora. As polêmicas aguardam

As nomeações para o segundo e terceiro escalões, que não apresentaram problemas, nem divergências entre o PMDB e o PFL, serão formalizadas imediatamente. Os casos polêmicos serão reexaminados pelos partidos que formam a Aliança Democrática, por iniciativa do presidente em exercício José Sarney e dos respectivos ministros. Foi o que disseram, ontem, os presidentes do PMDB e do PFL, Ulysses Guimarães e Jorge Bornhausen, e o líder do Governo na Câmara, Pimenta da Veiga. Os líderes da Aliança Democrática, após encontros no último fim de semana, acertaram definir desde logo o preenchimento de cargos considerados "consensuais", como ocorreu com a Sudeco, Sudesul, Sudam e Suframa, por exemplo.

Ulysses Guimarães, agora mais cauteloso, fez questão de afirmar que o PMDB, da mesma forma que a Frente Liberal, até "com o objetivo de colaborar, de assessorar, pois a decisão é do presidente em exercício José Sarney".

Pimenta da Veiga foi além, observando que os entendimentos entre o PMDB e o PFL "estão se desenvolvendo muito bem, com espírito público e com a preocupação de ajudar, apesar de algumas notícias maldosas".

Pimenta da Veiga, depois de confirmar os critérios acertados (ultimar as nomeações de consenso e discutir nos partidos as consideradas polêmicas), disse que as exigências são as mesmas fixadas por Tancredo Neves: probidade, competência e apoio político — "nessa ordem".

O presidente da Câmara e do PMDB acredita em entendimento entre os dois partidos que formam a Aliança Democrática, citando como exemplo o esforço que está se realizando no Rio, entre as duas agremiações. Ele disse desconhecer a decisão da Frente Liberal, de não concordar com o anunciado critério da proporcionalidade, defendido pelo PMDB. "Ainda não discutimos isso" — observou, depois de confirmar novos encontros com o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen. Ontem à noite, os presidentes do PMDB e PFL tiveram novo encontro.

Critérios

A executiva do partido da Frente Liberal definiu ontem os critérios de preenchimento dos cargos do segundo e terceiro escalões do Governo, que deverão ser obedecidos pelo presidente em exercício José Sarney: os nomes do terceiro escalão serão indicados pelas bancadas federais do PFL e do PMDB, tendo como referencial o peso da bancada na eleição de Tancredo Neves.

No segundo escalão, o PFL entende que José Sarney deve interpretar, "na medida do possível", as intenções do presidente Tancredo Neves, ouvindo as respectivas bancadas, no caso de dúvidas. Esses critérios não são ainda definitivos, porque dependem da aprovação do PMDB, mas os frentistas estão confiantes na boa receptividade do presidente do partido, Ulysses Guimarães, às suas propostas.

Os cargos do terceiro escalão, que incluem as diretorias de empresas estatais, representação de órgãos federais nos Estados, as chefias de departamento e de assessorias ministeriais, são extremamente importantes para o PFL no Nordeste, seu maior reduto eleitoral, porque facilitam o acesso dos governadores aos órgãos do Governo Federal. O partido quer ainda que a bancada minoritária tenha algumas "garantias mínimas", na indicação desses nomes.

Para os cargos do segundo escalão, alguns já preenchidos a partir de compromissos assumidos por Tancredo Neves antes de suas três operações, os frentistas consideram "imprescindível" a consulta às bancadas da Aliança Democrática, na hipótese de alguma dúvida por parte do presidente em exercício.

Nada de continuísmo

A direção do PMDB decidiu, após várias reuniões mantidas no último fim de semana, para discutir a composição do segundo escalão da Nova República, que nenhum colaborador do antigo governo será mantido no mesmo cargo, ainda que tenha qualidades comprovadas, informou ontem o líder do partido na Câmara, deputado Pimenta da Veiga.

A rotatividade nos postos é um dos critérios que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, está levando ao presidente em exercício, José Sarney, explicou o líder. O PMDB pretende, ainda, que as reivindicações dos partidos sejam encaminhadas diretamente aos ministros — Sarney só seria acionado em casos de impasse —, prevalecendo, ainda, a mesclagem das indicações do PMDB, com as do PFL nos escalões subalternos.

Pimenta assegurou que, mesmo que um colaborador do antigo governo tenha qualidades ou que sua manutenção no cargo que ocupa tenha conveniência política, haverá substituição: — Pode ser até que esse funcionário permaneça no mesmo órgão ou que vá até para uma função superior, mas a regra

geral é que todos devem ser mudados.

O líder do PMDB considera que a intenção partidária de encaminhar suas pretensões diretamente aos ministros deverá acelerar o provimento dos cargos. Ele argumenta que, quando houver coincidência com os pleitos do PFL, o ministro poderá autorizar as nomeações sem consultar o presidente interino. Ele garantiu que essa estratégia não visa a manter a hegemonia do PMDB no governo, uma vez que o partido também adotou como critério a mesclagem de indicações como PFL.

Pimenta da Veiga esclareceu que o PMDB também endossa os critérios de Tancredo para a formação do ministério, mas na seguinte ordem: probidade, competência e, por último, respaldo político. Segundo Pimenta, as articulações PMDB-PFL podem envolver a indicação dos governadores de territórios, mas a do governador do Distrito Federal deve aguardar por Tancredo.

O deputado negou categoricamente que as discussões em torno do segundo escalão tenham criado fissuras, tanto nas relações internas da Aliança Democrática quanto na cúpula do PMDB.

Líderes fazem suas sugestões

Hoje, os presidentes dos partidos políticos entregam ao presidente José Sarney as sugestões sobre os critérios para a escolha dos segundo e terceiro escalões do governo, disse ontem, o ministro da Educação, Marco Maciel.

Essas sugestões, segundo ele, servirão de base para que Sarney possa optar por melhores alternativas e desenvolver um trabalho de escolha justa dos cargos ainda vagos no MEC. "A idéia inicial é começar a tratar de prover o segundo escalão. O terceiro escalão ficará mais a critério dos partidos políticos", disse Maciel.

Na entrevista, o ministro voltou a falar da grave crise enfrentada pela universidade brasileira, apontando os pontos principais que deverão ser atacados de imediato pela comissão formada para apontar soluções: o processo de escolha e gestão da universidade, vinculada à realidade regional e cultural, e definir o seu papel no processo de desenvolvimento socioeconômico do País.

Consenso

O ministro da Educação, Marco Maciel, declarou que a palavra final sobre os critérios de distribuição de cargos do 2º e 3º escalões deve ser do presidente José Sarney levando em conta "conceitos de probidade e espírito federativo". Maciel não quis comentar as propostas levadas pelo presidente do seu partido, Jorge Bornhausen, ao deputado Ulysses Guimarães, sobre os critérios de escolha dos cargos do 3º escalão. Preferiu dar uma resposta "mineiro-pedessal" conforme frisou, de que o ideal é que se chegue ao consenso.

Marco Maciel acha que cabe aos presidentes dos dois partidos a busca de um consenso, mas a palavra final é de Sarney. Com relação ao 2º escalão, o ministro defende o tratamento da questão pelo presidente em exercício, mas sempre ouvindo os segmentos políticos que constituíram a Aliança Democrática, "tendo em mira a orientação do Presidente Tancredo Neves".

O ex-presidente do PFL e atual ministro da Educação mantém desde domingo incessantes contatos com Bornhausen e Sarney sobre a questão.

Definição de cargos demora

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) fez uma previsão de que as nomeações do segundo e do terceiro escalões do governo vão demorar ainda entre 15 dias a um mês e que as maiores dificuldades surgirão na escolha do terceiro escalão.

Por isto, Gadelha acredita ser necessário o entendimento entre as lideranças dos partidos da Aliança Democrática para a definição de critérios para o preenchimento destes cargos — diretorias e cargos de confiança das empresas, autarquias e órgãos públicos — com o apelo ao presidente Tancredo Neves ou ao presidente em exercício José Sarney, para resolver os casos pendentes.

Gadelha disse que por uma questão de "justiça federativa", a superintendência da Sudene já estaria praticamente garantida para o ex-presidente do CNPq, Linaldo Cavalcanti.

Um complicado quebra-cabeças

O presidente Tancredo Neves armou um verdadeiro quebra-cabeças, conciliando forças heterogêneas, na montagem do Governo. O deputado Ulysses Guimarães e o senador Jorge Bornhausen tentam, com dificuldade, elucidá-lo. Para isto, dentro das premissas estabelecidas pelo próprio Tancredo, elaboram critérios. O presidente em exercício José Sarney reserva-se o papel de árbitro, mas reluta em assinar nomeações polêmicas na Aliança Democrática que possam desagradar a Tancredo.

O Partido da Frente Liberal quer deixar o segundo escalão com Sarney. Isto é, ele nomearia os nomes que considerar enquadrados nos critérios gerais fixados por Tancredo e, se tivesse dúvidas, consultaria os presidentes do PMDB e da Frente Liberal.

O PMDB, contudo, propõe alguns critérios complementares e considera que todas as designações devem passar pelos crivos partidários e pelos ministros, sendo, depois, levadas a Sarney. O PMDB quer, por exemplo, que nos cargos mais importantes de cada Ministério ou das estatais não haja continuísmo. Se alguém da Velha República tiver competência e respaldo político deslocado para outro cargo. O Partido não aceita, por exemplo, a permanência de nenhum secretário-geral. O alvo principal deste critério é Rômulo Villar Furtado, secretário-geral do Ministério das Comunicações.

Um dos principais problemas da montagem final do Governo é a existência de muito mais candidatos do que vagas. E todos consideram ter o apoio de Tancredo. Na realidade, o presidente eleito tem um estilo todo pessoal para receber reivindicações, que, muitas vezes, confunde seus interlocutores.

Vários políticos já se deram mal por falta de compreensão correta da linguagem usada por Tancredo. Ele raramente diz diretamente um não. Agora, Ulysses, Bornhausen e Sarney tentam desvendar o que era de fato compromisso de Tancredo do que simplesmente foi um desistente. A tarefa não é fácil.

Sarney nomeia o 2º escalão

Resolvido o problema da indicação de cargos administrativos para o segundo escalão do governo da Nova República. A partir de hoje, o presidente em exercício, José Sarney, começará a receber, dos ministros de Estado, a relação nominal completa das nomeações para esses cargos, ficando as indicações para o terceiro escalão previstas para depois da semana santa.

Esta informação foi revelada às 21 horas de ontem pelos presidentes do PFL, senador Jorge Bornhausen, e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Os dois conversaram a sós durante uma hora e quinze minutos, no apartamento de Bornhausen, discutindo os últimos detalhes desta indicação. Ao final do encontro, Bornhausen leu uma nota de apoio ao presidente Sarney, destacando os princípios de "probidade e competência" para a ocupação dos cargos e Ulysses disse que "houve unanimidade" na indicação dos mesmos.

Listas

Durante a entrevista concedida logo após a reunião com Ulysses, Bornhausen informou que o presidente em exercício, José Sarney, receberá, na verdade, duas listas com as indicações dos nomes que devem ocupar os cargos do segundo escalão. Uma lista contém os nomes indicados pelo PMDB e a outra pelo PFL.

Há uma relação de nomes do PMDB e outra do PFL — disse Bornhausen — e o presidente José Sarney vai fazer as nomeações, respeitando as decisões assumidas antes pelo presidente Tancredo Neves, com o assessoramento dos partidos políticos que compõem a Aliança Democrática.

Sobre a existência dessas listas, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, informava ao JBr, ainda durante a tarde, que o presidente José Sarney já tinha a lista dos nomes que vão ocupar os cargos do segundo escalão. E que a nomeação desses nomes seria de inteira responsabilidade do presidente em exercício, José Sarney.